

Editoras Universitárias no Brasil: Uma crítica para reformulação na prática*

LEILAH SANTIAGO BUFREM **

Analisa editoras universitárias no período de 1987 a 1989, a partir de dados obtidos com questionários e complementados por entrevistas, constatando um quadro de carências e instabilidade. Discute opiniões e posturas propondo uma política editorial universitária "ideal" para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Editoras universitárias — Brasil

A editoração universitária, como experiência brasileira, iniciou-se na década de sessenta. Algumas editoras nasceram com as universidades, outras evoluíram, a partir da experiência das chamadas Imprensas Universitárias e, após alguns anos, criaram seus conselhos editoriais e formalizaram suas atividades, com regimentos próprios.

São marcantes, apesar de recentes, algumas experiências editoriais universitárias brasileiras, especialmente se levado em conta o papel que elas podem exercer, viabilizando edições experimentais, por exemplo, de forma rápida e econômica, publicando resultados de pesquisas e experiências de sala de aula, que devam chegar aos interessados em tempo reduzido e possibilitando a edição de trabalhos intelectuais de modo a extrapolar os

* Baseado em tese apresentada à Escola de Comunicação e Artes da USP, em agosto de 1991.

** Professora Adjunto II do Departamento de Biblioteconomia da UFPR.

limites da Universidade. Poderiam realizar uma tarefa de complementação àquelas das editoras privadas, também promovendo novos autores, pela divulgação dos seus trabalhos e favorecendo o desenvolvimento da crítica e da avaliação contínua dos resultados das pesquisas dentro e fora da universidade.

Enquanto projeto cultural, a experiência editorial universitária pode voltar-se, ainda, para as peculiaridades regionais, de modo a conservar a cultura das minorias ou dos modos de vida intimidados pela industrialização.

Por essas atividades, as editoras universitárias tornam-se indispensáveis, apesar das limitações do seu alcance, especialmente como no Brasil, onde sua presença é recente. A fundamentação científica da política editorial, libertando-a, por um lado do conformismo e, por outro, das diretrizes monolíticas de uma tendência ideológica, é tarefa inerente à atividade editorial universitária, pois como qualquer instituição, uma editora se estrutura a partir da representação concreta de uma determinada ideologia e a sua vocação depende do contexto social e cultural em que está inserida.

O planejamento conseqüente para a promoção e o sucesso de qualquer atividade fundamenta-se no conhecimento da situação dessa atividade em si e no seu contexto. Este estudo visou contribuir para esse conhecimento e fornecer elementos para uma proposta editorial universitária, a partir da análise e discussão de questões dela originadas ou com ela relacionadas.

Inicialmente foi estabelecido um **corpus**, composto de dados coletados a partir de questionários, entrevistas e documentos sobre a atividade editorial em instituições de ensino superior no Brasil.

Sujeitou-se esse **corpus** à análise e à identificação de dois conjuntos: um, de situações ou características que se repetem, revelando estabilidade; outro, de situa-

ções que variam de uma realidade para outra, caracterizando diversidade de práticas.

A segunda parte do trabalho constou da reflexão crítica sobre cinco projetos editoriais universitários brasileiros: da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de São Paulo, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Paraná.

A PRÁTICA

O que se configurou como resultado da análise da situação das editoras universitárias opõe-se à idéia de um modelo, ou mesmo de um conjunto de práticas ou de comportamentos comuns a um todo e que poderiam representá-lo. Optou-se, portanto, pela síntese das experiências das editoras universitárias brasileiras em seus aspectos a seguir descritos.

Em relação aos originais, o primeiro aspecto analisado, surge a questão da iniciativa para editar, na maioria das editoras tomada pelo autor, pelo departamento ou setor interessados na publicação. Algumas editoras procuram os originais visando atender casos específicos, como a realização de cursos, conferência ou ciclos de palestras, e outras, ainda, mais estruturadas do ponto de vista político e administrativo, encomendam os textos visando a continuidade de suas linhas editoriais.

O predomínio das formas de obtenção de originais menos agressivas sugere certa passividade da editora, em oposição à formas mais ativas e menos convencionais que exigiriam uma definição **a priori** de linhas políticas.

Uma situação passiva pode sujeitar a instituição à demanda desordenada. Mas, por outro lado, a definição prévia de linhas editoriais sugere a encomenda de textos, o que poderá tolher oportunidades de novos autores.

Se é possível o estabelecimento de critérios cada vez mais rígidos no sentido de analisar o mérito dos textos apresentados, à medida que aumenta a quantidade, maiores são as probabilidades de selecionar obras de qualidade.

Por outro lado, a situação torna-se complexa quando analisadas as condições concretas de publicação, cada vez mais restritivas, gerando uma progressiva insatisfação de demanda.

Outra questão sobre os originais é a diversidade de práticas traduzidas em exigências para sua apresentação. Embora exista uma posição comum à maioria das editoras, ou seja, a exigência mínima de que devam ser entregues pelo menos duas vias datilografadas e em espaço duplo, não há posição comum sobre as razões que fundamentam as exigências.

Em primeiro plano, há uma questão-chave. As normas facilitam ou dificultam a produção editorial?

Elencam-se argumentos favoráveis à normalização, principalmente com base nas contribuições que ela pode dar aos passos anteriores à impressão da obra, ponto de vista peculiar aos editores ou responsáveis pela produção.

Sob outro enfoque, consideram-se os benefícios que o texto normalizado poderá trazer. A linguagem comum, ou os códigos estabelecidos facilitam a pesquisa, a organização de catálogos e de bibliografias, instrumentalizando melhor aqueles que utilizarão a obra.

Mesmo aceita a necessidade da normalização e adotadas formas específicas pela maioria das editoras, surge outra questão que demonstra certo paradoxo. Se existe, a nível nacional, um conjunto de normas técnicas fixando as condições exigíveis pelas quais deverão ser normalizadas entre outras as produções de livros e periódicos, definidas pela Associação Brasileira de Normas

Técnicas — ABNT, que motivações levariam as editoras a fixar normas diversas daquelas? Não seria muito mais razoável aceitar as já existentes, nacionalmente padronizadas e de acordo com a organização internacional competente? As justificativas para as exigências já seriam suficientes como fatores de adoção das normas únicas.

Dentre os argumentos contrários à adoção de normas, dois merecem destaque.

Um considera que deveriam ser eliminadas todas as dificuldades ou entraves no caminho entre a criação do texto e a editora. As exigências têm caráter inibitório.

Outro argumenta que a produção gráfica envolve criatividade e atribuição de sentido na construção do livro, elementos incompatíveis com a rigidez de normas. O aspecto estético deve prevalecer sobre o pragmático.

Também inibitórias são consideradas certas exigências ou trâmites burocráticos adotados como processos naturais de encaminhamento da obra na instituição, embora facilitem a administração da editora e garantam a segurança dos originais, matéria-prima essencial do processo de edição.

Prática entre as editoras é a consultoria *ad hoc* de especialistas autorizados. Ela decorre da impossibilidade da representação total das áreas do conhecimento nos conselhos ou comissões das instituições de ensino superior.

Entre as práticas possíveis, cujo grau de variação não permitiu categorizar como usuais, a questão do anonimato do autor foi justificada em favor de avaliações justas e isentas, especialmente para o caso de artigos de periódicos. No que se refere aos livros há concordância, na prática, de que a autoria da obra deve ser do conhecimento do leitor-avaliador.

Há unanimidade, também, em relação à permanência no anonimato do consultor ou consultores. A certeza de que a autoria do parecer não será conhecida permite um

trabalho de análise e avaliação criteriosos e verdadeiro, especialmente quando se dá conhecimento dos pareceres ao autor da obra.

Este é outro aspecto controverso da questão. Não há consenso, todavia, entre revelar ou não o teor dos pareceres. Algumas editoras utilizam-se de cartas padronizadas ao autor, onde informam a decisão, sem justificações específicas; outras revelam, sumária ou integralmente, o teor dos pareceres, supondo-se que a revelação contribua para o aperfeiçoamento do texto e encaminhamento futuro.

Há nessa atitude, além do sentido pedagógico, uma certa coerência com a possibilidade de recorrer-se às decisões do conselho, característica da maioria das editoras.

Aprovado o original para publicação, o autor é informado e convidado a comparecer à editora a fim de tratar de assuntos relacionados aos seus direitos, entre outros, e na maioria das editoras, os contratos são formalizados.

O pagamento dos direitos autorais é prática comum a todas as editoras, sendo que na maioria delas, os 10% do valor da tiragem, estipulados legalmente, são pagos em livros. Essa fórmula adotada como retribuição, se não satisfaz aos autores já consagrados, que preferem receber seus direitos em espécie, agrada à maioria dos autores novos, que vêm na publicação em si um coroamento do seu trabalho.

As expectativas dos autores relacionadas à retribuição que recebem pela cessão dos direitos autorais das suas obras devem-se a fatores de diversas naturezas, como razões pessoais de ordem emocional ou intelectual; relações de dependência com a instituição ou as instituições às quais estão vinculados ou que de alguma forma contribuíram para a realização dos trabalhos feitos e, num terceiro nível, o grau de aceitação do autor e da

sua obra pelo leitor a quem cumpre, em última instância, o papel de consagrar.

O contraponto das expectativas ao autor são as atribuições de valor dadas ao produto intelectual pela editora ou instituição, concretizando-se em relações dialéticas em que se distinguem diversos graus e naturezas das forças representadas pelas posições que ocupam os interessados.

Se os cacifes do autor são o esforço para a realização da obra, a qualidade do texto e sua aceitação pelo público, a posição da editora parece ser mais confortável, enquanto avalia e classifica o produto de acordo com o interesse cultural ou financeiro que ele representa no momento.

A questão que se coloca é poderiam delinear-se contornos específicos para o tratamento dos direitos autorais pelas editoras universitárias. Pergunta-se até que ponto eles deveriam ser pautados pelo comportamento das editoras comerciais e como estabelecer parâmetros aceitáveis para a maioria dos envolvidos, já que a natureza da editora universitária, especialmente a de instituição pública, diverge fundamentalmente das outras empresas privadas.

A questão dos conselhos ou comissões editoriais é aparentemente pacífica. Dentre todas as editoras pesquisadas somente duas não têm conselho editorial; portanto, o percentual (95%) é significativo e animador.

Entretanto, se levado em consideração o fato de que a maioria desses conselhos foi constituída após a criação do Programa de Estimulo à Editoração do Trabalho Intelectual nas IES * (PROED), nada garante serem resultado de um processo de conscientização da necessidade de atribuir à política editorial os critérios para aprovação das obras a publicar. A constituição de um órgão especial,

* IES — Instituições de Ensino Superior.

com funções definidas e formado por membros com perfil característico, pode significar apenas a adequação da estrutura editorial às exigências do PROED.

A existência dos conselhos seria precária se considerada essa circunstância. E passa a ser contingente se levados em conta dois argumentos decisivos em casos de maior concentração do poder.

O primeiro deles é de que há maior mobilidade e autonomia sem conselho. As decisões poderiam ser tomadas, na melhor das hipóteses, concordando-se com o raciocínio, pela direção da editora ou por instâncias superiores, com o aval de consultores e especialistas. Na pior das hipóteses, as decisões seriam tomadas sem esse aval, de maneira mais arbitrária.

Outro argumento sustenta-se na existência de um banco de consultores ou especialistas que substituiriam as funções do conselho, analisando e julgando os textos a publicar.

Tanto um quanto outro argumento — o primeiro de natureza pragmática, o outro, substitutivo de um processo legítimo de representação — revelam princípios centralizadores e autoritários, reduzindo especialmente o papel de um conselho editorial.

Ambos admitem, como função precípua de um conselho, a seleção de originais. Infere-se que a política editorial é definida em outra instância, ou que há uma simples redução do conceito. Política editorial seria o mesmo que avaliação e seleção de obras a serem publicadas. Nesse caso, as decisões relacionadas às demais etapas do processo editorial, assim como as questões fundamentais de uma editora, seu papel na instituição e na sociedade, os meios para cumprí-lo e os critérios de prioridades, não seriam levados em consideração.

Varia muito, de uma editora para outra, o número de conselheiros. O ideal deve levar em conta dois fatores-chaves: representatividade e mobilidade.

A pesquisa apresenta uma variação entre os números cinco e dezesseis. Para a média de oito membros contribuíram especialmente as editoras que procuraram atender à representatividade setorial, enquanto que o número de cinco indica a preocupação maior em atender ao critério de mobilidade.

Por outro lado, argumenta-se que outros conselhos das instituições de ensino superior, como o conselho universitário, o administrativo e o de ensino e pesquisa, apresentam condições normais de funcionamento, apesar da grande quantidade de membros. Alguns deles, além da representação setorial e das categorias docentes, incluem a representação das outras categorias da instituição e da comunidade.

A representação da comunidade externa no conselho verifica-se em poucas editoras, embora possa favorecer a integração entre estas e as áreas onde atuam, exercem influência, ou com as quais mantêm diálogo.

São diversas as formas de indicação dos conselheiros, definindo-se a partir do órgão ou da autoridade que determina a escolha.

A escolha direta dos conselheiros pela comunidade universitária verifica-se nas editoras criadas na década de oitenta ou cujos regimentos foram alterados a partir de então, evidenciando o acompanhamento da tendência às escolhas sufragadas dos ocupantes de cargos administrativos ou consultivos nas IES. Embora de forma muito tímida, ao concretizar-se esta tendência a nível de conselho editorial, é possível levantar-se algumas conjeturas.

O aperfeiçoamento do processo de escolha talvez decorra do maior grau de informação sobre práticas em processo, ensejado pelo incremento do intercâmbio

interuniversitário na área editorial ou de um processo endógeno de conscientização sobre a importância das decisões na instância peculiar de cultura em que ocorrem.

São diversificadas as competências dos conselhos, desde a apreciação dos originais até a aprovação de orçamentos, contratos, proposta e divulgação da política editorial. Alguns são apenas órgãos consultivos, outros são também deliberativos.

Alguns regimentos especificam claramente as funções, enquanto outros são menos explícitos e é possível perceber que existem conselhos meramente figurativos, aos quais não são atribuídas competências.

A partir das funções atribuídas aos conselhos, surge outra questão editorial: ser menos ou mais atuante, ampliar ou diminuir o seu poder de decisão sobre a política editorial da instituição.

Como órgão universitário, pergunta-se inicialmente se a editora não deveria representar a instituição identificando-se com ela e, conseqüentemente, associando-se aos seus esforços pela concretização de seus fins. Nessa perspectiva, o conselho editorial, assim como o universitário, o administrativo e o de ensino e pesquisa, seria representativo dos interesses da instituição. Seus membros representariam áreas e categorias diversas, estabelecendo o elo necessário entre órgãos e setores para uma ação coerente e profícua. A editora existiria substancialmente vinculada à instituição.

Sob outro enfoque, baseado nos moldes americanos, editora e universidade nada teriam em comum além do nome. O conselho ou comitê editorial representaria apenas os interesses da editora, que por sua vez teria um vínculo acidental com a instituição.

A presença do diretor da editora no conselho editorial é, só aparentemente, um ponto pacífico. Na realidade, embora em muitos casos ele seja o presidente do conselho,

sua atuação tem sido no sentido de estabelecer um vínculo entre a administração da editora e as deliberações do conselho. É de se questionar se têm sido levadas em consideração as qualificações necessárias e as características ideais para o exercício do cargo de diretor.

Outra questão que se coloca é a do exercício da presidência do conselho. Se em muitos casos ela é exercida pelo diretor da editora, enquanto membro nato, existe a possibilidade de o Conselho eleger um dentre os seus membros. Mas há conselhos presididos por pró-reitores e até pelo reitor, práticas coerentes com a posição que ocupa a editora no organograma da instituição.

A posição do reitor como presidente do conselho editorial, considerando-se os inúmeros compromissos que o cargo impõe, parece inadequada. Por outro lado, pode indicar coerência política, quando essa prática se fundamenta numa atribuição especial de valor à editora. E nesse caso, o conselho editorial, por analogia com os demais conselhos superiores, teria na presidência a autoridade máxima da instituição.

Entretanto, a prática sugere, nos raros casos em que o reitor preside o conselho editorial, que se almeja garantir o desenvolvimento de uma política ajustada aos interesses do poder, o que se torna mais exequível com a interferência direta do reitor na presidência do conselho.

A ligação da editora com a biblioteca da instituição é viabilizada pela presença do diretor desta no conselho. A prática decorre da formação de uma consciência crítica sobre o papel da normalização, das garantias e vantagens dos depósitos e intercâmbios e, principalmente, sobre as questões relacionadas ao uso das publicações. Estas, levantadas em estudos e pesquisas que analisam o comportamento dos registros publicados e o uso que se faz dessas publicações, podem sinalizar importantes aspectos

para a definição da política editorial universitária e das respectivas linhas editoriais.

Pode-se afirmar que, pelo tipo de produção bastante diversificada, as editoras não apresentam linhas definidas de produção. Assuntos variados e ausência de restrições quanto a temas ou gêneros é o que tem predominado.

Demonstrando imprecisão, algumas respostas referem-se a gêneros ou formas de publicação quando as questões relacionavam-se aos assuntos predominantes, o que permitiu, todavia, perceber-se a falta de compêndios ou obras de caráter intermediário entre os manuais introdutórios e as publicações resultantes de teses e dissertações.

A falta de clareza quanto à categorização dos tipos de publicações dificulta, sobretudo, a análise da produção e as classificações necessárias à definição de linhas.

Como resultado, algumas séries ou coleções podem reunir, sob um título, os mais diversos assuntos e abranger variados níveis de complexidade. Como exemplo típico, algumas séries ou coleções didáticas reúnem os assuntos mais diferentes apresentados como manuais, relatórios e até resultados de pesquisas, teses ou dissertações.

Entretanto, a questão envolve muitas outras variáveis, tais como o interesse da instituição nem sempre coincidente com esse tipo de prioridade, a sua localização geográfica que, quando distante de centros mais favorecidos, provoca demanda da comunidade para a edição de obras de valor regional; a necessidade de editar obras consideradas fundamentais como apoio ao ensino e à pesquisa, e que não fazem parte das prioridades de outras editoras; a participação em projetos culturais que envolvam outras instituições ou a produção de co-edições que apresentem viabilidade financeira e alcance social indiscutíveis.

A complexidade para a tomada de decisões reforça a importância de um conselho editorial composto de

membros conscientes das suas funções e do papel, que, enquanto conjunto, desempenham.

Mesmo levando em conta a demanda externa, as editoras universitárias editam, prioritariamente, a produção intelectual da sua universidade talvez com o principal argumento de que devem servir à instituição que as abrigam.

A questão da publicação dos periódicos torna-se difícil face aos obstáculos administrativos e financeiros que as instituições vêm enfrentando. Assumir a edição dos periódicos seria uma solução ideal no sentido de se evitar a duplicação de esforços e criar uma estrutura única, com recursos humanos e financeiros suficientes para o empreendimento, respeitando-se os conselhos próprios de cada periódico.

Algumas experiências mais ousadas têm sido frutíferas, entretanto ainda há muito a realizar em termos de estudos e avaliações para que se consiga, unindo esforços da editora e dos setores interessados, alcançar um nível de excelência caracterizado por periodicidade e normalização impecáveis, qualidade textual e gráfica e, o que é muito importante, divulgação e circulação adequadas.

A tendência de se publicar somente a produção intelectual da sua instituição foi abolida, pelo menos na maioria das editoras universitárias, característica que impossibilita a identificação de contornos do que se poderia configurar como um modelo.

Outro aspecto indicativo dessa impossibilidade é a estrutura das editoras universitárias: condições físicas precárias, falta de equipamentos, de recursos e de equipe, além da instabilidade administrativo-financeira dificultam o planejamento conseqüente e exigem o máximo daqueles que, empenhados na realização de suas funções, devem liberar toda a sua criatividade e energia nesse sentido.

Variam muito a quantidade de funcionários de uma editora para outra, os tipos de serviços contratados e as formas de contratação.

Das dificuldades estruturais decorrem necessariamente as mais específicas, representadas por duas áreas fundamentais ao processo editorial: a da produção e a da circulação do produto.

Divulgar e promover a circulação dos títulos tem sido o maior desafio para as editoras universitárias em geral.

A instituição do Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro foi o primeiro esforço concreto das editoras universitárias para atenuar as dificuldades do setor.

A divulgação e distribuição dos títulos por outras vias que não o PIDL se realiza com grandes dificuldades, não somente devido às carências estruturais da maioria das editoras, mas também como decorrência da falta de acolhida das publicações universitárias, tanto por distribuidores quanto por livreiros.

Como uma das formas efetivas de divulgação e distribuição das publicações, o PIDL tem sido objeto de análise e discussões em todos os seminários nacionais de editoras universitárias e suas normas vêm sendo sujeitas a modificações. Isto demonstra, por um lado, que as normas tendem a tornar-se inadequadas diante das modificações administrativas e estruturais do aparelhamento burocrático institucional e dos condicionamentos internos e externos que afetam o processo e, por outro lado, do grau de consciência dos editores de que há necessidade de se aperfeiçoar o sistema de distribuição, ainda deficiente.

Embora sejam utilizados mecanismos diversos de circulação dos títulos pela maioria das editoras, algumas ainda não conseguiram se afirmar nesta fase do processo editorial, pelos mais variados motivos, predominantemente os estruturais.

A grande diversidade nas atividades e práticas, assim como nas estruturas e circunstâncias que as embasam, e a instabilidade institucional, do ponto de vista administrativo, político e financeiro caracterizam a extrema mobilidade do quadro.

No decorrer da pesquisa foram sendo definidas algumas questões carentes de mais esclarecimentos para que se lograsse um nível de compreensão maior da realidade editorial universitária, o que motivou a continuação do estudo e determinou os critérios de escolha da entrevista como técnica e das cinco editoras como objeto do seu desenvolvimento.

As análises dos dados, obtidos por meio dos questionários, entrevistas e da literatura, confirmaram uma situação de carência e grande instabilidade institucional, fator de insegurança e perplexidade para os responsáveis pelos projetos editoriais universitários. Estes vão sendo desenvolvidos contra esse pano de fundo. Faz-se o que é possível, o que é viável, o preferível.

A mobilidade política e institucional reflete-se no planejamento e na execução dos projetos e é possível observar que a situação varia de uma instituição para outra e de um estado ou região para outro, impedindo a realização de projetos comuns e de uma política editorial integrada e consciente, em especial a nível interinstitucional.

Como exemplos recentes da instabilidade gerada pela política cultural do país com repercussões nos projetos editoriais, destacam-se a desmobilização do PROED que, desde o ano de 1988, não mais contribuiu para estimular os projetos editoriais universitários; a extinção da Lei Sarney, promulgada em 1987, e, finalmente, a extinção do INL.

ELEMENTOS PARA UMA PROPOSTA

A consciência da instabilidade e da heterogeneidade de práticas editoriais nas instituições foi sendo adquirida no decorrer da pesquisa e com a vivência da atividade editorial universitária.

A reflexão sobre o poder e suas interferências permitiu a ampliação dessa consciência: ele pode manifestar-se sobrepondo opiniões subjetivas a práticas efetivas, de modo a substituir estruturas aprovadas e beneficiar interesses de grupos em detrimento de outros, mais amplos.

A avaliação das interferências do poder é necessária tanto para o indivíduo quanto para as instituições e a sociedade.

A instituição universitária tem entre seus objetivos a socialização do saber. Um dos seus instrumentos é a editora universitária que, por sua opção cultural, o difunde.

Admitindo-se como pressuposto que a universidade não apenas produz cultura, mas é cultura em processo, a ação cultural faz parte da sua natureza e daí partir de crítica à realidade.

Nessa tarefa pela evolução cultural, a universidade deve instrumentalizar-se, recorrendo aos seus órgãos de apoio e aos seus intelectuais. Esses devem propor mudanças fundamentais no conhecimento e na crítica da realidade.

Um projeto editorial, voltado para a divulgação e difusão dos conhecimentos, interessado nos acontecimentos sociais e nas transformações decorrentes das contradições entre forças em oposição, é um projeto político que envolve, necessariamente, a sociedade e contribui no sentido de auxiliar a instituição a firmar-se como vanguarda e líder intelectual.

Política editorial será o resultado de estudos e avaliação para a definição de critérios da situação editorial,

procurando adequar estruturas e domínios à natureza, características e finalidades da instituição. A ela cabe definir a abrangência temática mais ou menos extensa, dependendo das áreas do conhecimento previstas nos programas de ensino e pesquisa da instituição, inclusive em relação ao local ou região do país, às influências recíprocas e às responsabilidades sociais assumidas.

Considerando que a política é a arte do possível e que o caráter de um projeto é essencialmente dinâmico, pois as condições objetivas da prática variam de uma estrutura para outra, essa é uma proposta genérica, que se fundamenta na necessidade de revisões e avaliações em função das diversas realidades em que se concretizarão os projetos específicos.

Idealizar uma editora requer, inicialmente, alta dose de crítica e o primeiro passo para a crítica é rigorosa análise e avaliação da realidade em que se pretende atuar.

A avaliação da instituição é primordial e inicia com o inventário das experiências. Deve incluir os sucessos, mas também os empreendimentos mal-sucedidos, assim como os fatores que contribuíram para o respectivo sucesso ou fracasso.

O inventário deveria se tornar uma prática metódica e regular para o desenvolvimento da autoconsciência individual e do grupo, instrumentalizando não só as futuras editoras, mas as que já existem, tanto pela possibilidade de sua reestruturação quanto pela implementação de uma política mais ampla, a nível interinstitucional.

Na verdade, muitas das editoras universitárias existentes não têm conseguido cumprir suas funções devido à precariedade da situação em que se encontram. Nesses casos, a proposta poderá servir como um paradigma de avaliação e alerta para as reformulações necessárias.

Por mais modestas que sejam as pretensões de uma política editorial, faz-se necessária uma estrutura mínima

formada por três unidades básicas e essenciais à atividade editorial: uma, administrativo-financeira, responsável pelos procedimentos e tarefas de apoio às atividades-fim, desenvolvidas pela divisão editorial; outra unidade de produção, responsável pelas tarefas relacionadas ao preparo e acompanhamento dos originais e dos procedimentos normativos e legais, e uma terceira, para divulgação, distribuição e comercialização dos títulos.

Desde a aprovação do original, ele já deve ser pensado e programado para o público e, portanto, as unidades deverão interagir durante todo o processo.

Os conselhos editoriais são elementos que, dependendo da atuação, fazem ou não parte da estrutura de uma editora. Consultivos e deliberativos, serão instâncias superiores de decisão. Se apenas consultivos, atuarão no mesmo nível hierárquico das editoras.

Um conselho editorial deve ser ambiente propício ao diálogo e ao aconselhamento: a heterogeneidade, uma das suas marcas; a divergência de opiniões, um instrumento para a evolução das idéias. Dele dependerá a definição da política editorial e a qualidade da produção, entre a criação livre e os interesses do poder centralizador, entre a mobilidade e o comodismo.

A disposição aberta e flexível do conselho, baseada em critérios claros para a escolha de seus membros, será uma garantia contra grupos excludentes e dirigistas. Sem discriminações pessoais, o conselho terá mais chances de ser pluralista.

As contribuições que um conselho editorial bem constituído pode dar são valiosas, especialmente sobre questões ou situações conflitivas, merecedoras de estudos mais aprofundados por comissões especiais.

Além das comissões especiais para o tratamento de assuntos diversos que vão se impondo no desenvolver da prática, também poderão ser criadas comissões perma-

nentes de apoio à editora, em áreas específicas, como, por exemplo: de direitos autorais, de apoio administrativo-financeiro, de avaliação do produto editorial e de apoio à divulgação da editora e do seu produto, entre outras.

A representatividade de linhas, áreas e categorias e o pluralismo dela decorrente como característica do conselho, garantiriam a autonomia necessária e evitariam a redução da editora a um instrumento de poder ou de satisfação de interesses alheios aos da instituição.

Outro aspecto que se impõe é o da seleção de originais. Obviamente é impossível aceitar para publicação tudo o que se apresenta. Por outro lado, o poder de veto não deve transformar o conselho em uma espécie de Santo Ofício contemporâneo. A censura é incompatível com a liberdade acadêmica; daí, a profissão de fé que se faz no conselho editorial.

Seria desejável que se promovesse o equilíbrio entre o atendimento à demanda espontânea e a procura de textos para editar; entretanto, é importante nos casos de textos encomendados, a necessidade de submetê-los ao conselho editorial, mesmo que previamente selecionados os temas ou autores.

Devem ser levados em conta, para a realização dos projetos, a utilização mais ampla possível dos instrumentos oficiais de divulgação como emissoras de rádio e televisão, em horários especiais, destinados à divulgação cultural, diários oficiais e outros órgãos difusores de natureza pública para a promoção das obras universitárias; a realização de feiras, exposições e eventos; e outros de igual natureza que fortaleçam as relações interuniversitárias.

Independentemente do porte da editora ou do alcance do projeto editorial, a comercialização é imprescindível.

A atual estrutura requer que se mantenham relações básicas para a distribuição ampla do produto, pelo que existência de uma livraria torna-se imprescindível, embora

com estrutura mínima. Seu retorno cultural, proporcionalmente ao investimento de recursos, pode-se dizer que é satisfatório.

É importante ressaltar que nas tarefas complementares de produzir e comercializar, a editora estará realmente cumprindo o seu papel de publicar. Cabe, porém, ter sempre em vista o valor intrínseco da obra e o seu significado num país onde tanto pode ser realizado e muito deve ser transformado.

Se a situação da maioria das editoras universitárias é paradoxal, no sentido de que devem se manter para desenvolver suas atividades, é de se argumentar que seus esforços por um retorno financeiro têm finalidades culturais e não lucrativas.

A atribuição dos papéis alternativo e complementar, tacitamente aceitos pelos dirigentes das editoras, parece representar um esforço pela convivência pacífica com as editoras privadas. Os dirigentes das editoras universitárias, pela incipiência da experiência, ainda não se detiveram na busca do verdadeiro papel das editoras universitárias, cujo fundamento está na ação cultural a ser por elas desenvolvida como um dos instrumentos de socialização do saber.

Podem ser consideradas ancilares, caudatárias, algumas editoras privadas — estas sim, em razão do seu caráter comercial, voltam-se exclusivamente para o mercado, definindo linhas de publicação coerentes com as regras mercantilistas.

A proposta de uma editora universitária, ao contrário, deverá privilegiar os objetivos culturais que a fundamentam.

No instante especial que vive o mundo — e o País — quando o equilíbrio entre os sistemas institucionais se instabiliza, e quando o Brasil internamente se encontra na encruzilhada de caminhos ainda não intei-

ramente visualizáveis, a virtude primordial passa a ser a agilidade e a presteza de adaptação às circunstâncias sempre mutantes, sem, todavia, abrir mão daquilo que há de essencial e de inalienável nos ideais e propósitos da política editorial universitária.

University presses in Brazil

Analyzes Brazilian university presses from 1987 to 1989, from data obtained through questionnaires, and complemented by interviews ascertaining a context of scarcity and instability. Discusses several opinions and attitudes and suggests an "ideal" university press policy to Brazil.

KEY WORDS: University press — Brazil